

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (SE) NO ARQUIVO GERAL DO JUDICIÁRIO E NO IPHAN 8ª SUPERINTENDÊNCIA

Ingrid Batista Santos¹

Resumo: Esta pesquisa que tem como objeto a Santa Casa da Misericórdia em São Cristóvão (Sergipe), no século XIX, com especial atenção aos seus conflitos e negociações. Mesmo com os percalços financeiros, o hospital de caridade manteve-se em funcionamento, assim como a capela e o banco de empréstimos, até o século XIX quando fechou suas portas. Optou-se pela adoção de uma metodologia quali-quantitativa, levantamento e digitalização de fontes primárias, recurso à paleografia e cotejamento de documentos e literatura pertinente para uma reflexão criteriosa do tema. O trabalho a seguir é resultante do relatório de pesquisa elaborado no programa de Iniciação Científica e está sendo apresentado como conclusão da prática de pesquisa no curso de História.

Palavras-chave: Santa Casa de Misericórdia, São Cristóvão, Fontes, Expografia.

1. INTRODUÇÃO

O projeto tem como objeto de pesquisa a Santa Casa da Misericórdia em São Cristóvão (Sergipe), no século XIX, com especial atenção aos seus conflitos e negociações.

Em 1498, a irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia foi criada em Portugal por Dona Leonor, irmã de D. Manuel, sob a influência do frei Miguel de Contreiras. Eram 14 obras de caridade em torno das quais se organizava a irmandade, sete espirituais e sete corporais, inspiradas pelo Evangelho segundo São Mateus (GANDELMAN, 2001, p.614).

O patrocínio régio possibilitou a disseminação da Santa Casa pelo império português, tornando-se a irmandade leiga com maior poder e expressão no desempenho das obras de caridade. As Misericórdias do Rio de Janeiro e da Bahia foram vitais ao projeto colonizador português. Por isso, salienta Maria Luiza Marcílio (1998, p.147) que “a História da colonização brasileira está ligada à história das santas Casas de Misericórdia”.

¹Graduanda em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Trabalho orientador pela Profª. Dra. Janaina Cardoso de Mello (DHI/UFS), resultante do relatório de Iniciação Científica (PICVOL 2016-2017). ingridb.ufs@gmail.com

Em termos quantitativos, segundo Isabel dos Guimarães Sá (1995, p. 100), antes de 1750 já havia, além das várias Misericórdias em Portugal, 11 nas ilhas de Açores e Madeira, 3 em Angola, 29 por toda a Ásia e 16 somente no Brasil.

Estudos mais recentes sobre a Bahia evidenciaram a existência de pelo menos seis Santas Casas da Misericórdia fundadas na região do Recôncavo, apontando o “esforço da Corte brasileira em organizar um sistema de assistência social no Brasil Imperial”, a saber:

Quadro 1 - Datas, locais e lideranças responsáveis pela fundação das Santas Casas no Recôncavo da Bahia, durante o período imperial.

ANO	LOCAIS: VILAS E ARRAIAL	FUNDADOR	PROFISSÃO
1826	Vila de Nossa S. R. do P. da Cachoeira	Dr. Antônio Vaz de Carvalho	Juiz de Fora
1830	Arraial de Nossa Senhora de Nazaré	Dr. José Gonçalves Martins	Juiz de Fora
1846	Vila de Maragogipe	Dr. Gustavo Xavier de Sá	Juiz de Fora
1859	Vila de Feira de Sant' Anna	Dr. Luiz Antônio P. Franco	Juiz de Direito
1860	Cidade de Valença	Cel. Izidro de Sena Madureira	Comerciante
1866	Arraial de Oliveira dos Campinhos	Pe. Antônio Pinheiro de Queiroz	Religioso

Fonte: CERQUEIRA, 2016, p.35

Em Sergipe D'el Rey a Santa Casa da Misericórdia foi fundada no início do século XVII, entrando em progressiva decadência no século XIX e sendo ocupada pelo Lar Imaculada Conceição a partir de 1911.

Fundada em 1590, a Capitania de Sergipe D'el Rey surgiu com a necessidade da expansão dos mercados das capitanias da Bahia e Pernambuco, entretanto:

A fundação da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão, da capitania de Sergipe D'El Rey, não ocorreu no século XVI, como faz pensar Anchieta e Jabotão. É possível identificar sua criação entre 1607, quando a cidade se estabelece no monte Una, a esquerda do Rio Paramopama, e 1626, ano em que Baltazar Barbunda solicita via testamento sua inumação na capela Santa Isabel, orago da instituição. Dentre seus benfeitores figuram Belchior Dias Moreya e seu filho, Rubélio Dias Moreya, o capitão-mor Antônio Pinheiro de Carvalho, seu provedor Cosme Barbosa e o próprio Balthazar Barbunda (SILVA FILHO, 2011, p.143).

Apesar da complexidade dos problemas que enfrentava a Santa Casa da Misericórdia sancristovense prestou serviços de saúde junto aos ricos e pobres, contando assim com as doações, os juros de empréstimos, foros de terras e legados pios (SILVA FILHO, 2001, p.144).

As pesquisas de Augusto Santos (2015, p.20-21) sobre a história financeira da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, em Salvador, indicaram a importância da expulsão dos Jesuítas, no século XVIII, para a diminuição da concorrência na busca por doações de particulares e privilégios da Coroa, incidindo sobre o aumento do patrimônio daquela instituição.

Já a realidade de Sergipe del Rey mostra que ao longo do oitocentos, a má arrecadação, as dívidas, a desorganização na contabilidade, a ingerência administrativa e a apropriação indébita do patrimônio da Santa Casa da Misericórdia constituíram um problema para a saúde

pública em São Cristóvão. Tal situação levava ao descrédito sistemático da instituição mesmo por aqueles que procuravam seus leitos e serviços, uma vez que viam a Santa Casa como uma “zona de corrupção, passatempo de flagelado, lugar de passamento”.

Possuía um extenso **rol de devedores**, dentre os quais muitos senhores de Engenho da Província de Sergipe, com seus nomes anunciados de tempos em tempos na *Correio Sergipense*.

Mesmo com os percalços financeiros, o hospital de caridade manteve-se em funcionamento, assim como a capela e o banco de empréstimos, até o século XIX quando fechou suas portas. O Ministério dos Negócios do Império assumiu para si a “missão de reavaliar e moralizar as santas casas” no quadro da reforma política e econômica que se implantava no país.

Ao que parece a questão da sustentabilidade econômico-financeira não deixou de ser um problema de longa duração em quase nenhuma territorialidade onde as Misericórdias se estabeleceram. Em trabalho recente sobre Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, Paulo Mourão e Cristiana Enes (2016) chamam a atenção para a dependência estatal de uma organização não-estatal, os cuidados com os custos que não devem ser superiores à entrada de recursos sob o perigo de prejudicar os serviços assistenciais ofertados pela instituição aos mais pobres, além de uma gerência eficaz que busque mudanças valorativas na condução do patrimônio financeiro das Santas Casas.

Então, quais eram os conflitos, as negociações e os personagens em torno da Santa Casa da Misericórdia sancristovense no século XIX? Quais as dinâmicas das memórias e esquecimentos sancristovens em torno da Santa Casa da Misericórdia em sua relação com a história (enquanto acontecimento e enquanto “historiografia”, escrita dessa história)? Quais as implicações dos usos sociais dessa memória/esquecimento nos vínculos identitários que tendem a valorizar os bens culturais das comunidades?

2. A Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão em Sergipe *del Rey*

No Requerimento de julho de 1732, o Provedor Pedro da Silva Daltro e outros irmãos da Santa Casa de Misericórdia, da cidade de São Cristóvão de Sergipe *del Rey*, solicitavam ao Rei[D. João V], em mercê e esmola, a Provisão de Proteção que se costumava dar às Casas de Misericórdia.²

² AHU-SE. Inventário nº 254, Caixa 04, Documento nº 41, de 22 de julho [Ant.1732], Bahia.

Isso porque, ao não ter compromisso aprovado, a Santa Casa de São Cristóvão foi alijada dos privilégios financeiros e jurídicos garantidos pela Coroa as Misericórdias do reino (Russell-Wood, 1981, p.13-14). A justificativa para a exclusão pode ser verificada na carta enviada ao Rei em 11/04/1733 pelo capelão da Santa Casa de São Cristóvão, Padre Gonçalo Pinto. O relato expõe a situação caótica da instituição, com bens desviados pelos próprios irmãos cuja manipulação das eleições da mesa permitia o revezamento na dilapidação do considerável patrimônio.³ Conforme afirmou Nunes (1996, p.251):

Os sócios que integravam a instituição estavam entre as pessoas mais representativas da sociedade sergipana, destacando-se a participação de prósperos negociantes. Crises financeiras provenientes da atuação de maus administradores passaram a dificultar a Santa Casa no exercício de suas finalidades.

Em 1734 foi submetida uma Representação da Santa Casa de Misericórdia da Capitania de Sergipe del Rey, solicitando ao Rei [D. João V], que fosse atendido o requerimento de 1727, referente ao privilégio de proteção Real que era dado as demais casas de misericórdias.⁴

Em 1762 um novo Requerimento, do Provedor e Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Sergipe del Rey, foi enviado ao Rei [D. José I] solicitando os mesmos privilégios que gozava o Hospital Real da corte e a Igreja da Misericórdia da Bahia.⁵

Data de 1763, o momento em que a Bahia deixava de ser capital do Brasil colônia, sendo substituída pelo Rio de Janeiro. Todavia a questão política ainda era confusa, pois as pessoas nomeadas pelo Rei para exercício de funções administrativas ainda estavam subordinadas ao governo baiano e não ao Vice-Rei. As indicações, entretanto, sofrem pressões locais em Sergipe e as contendas com a Bahia se acirram nas disputas pelo poder (Nunes, 1996, p.115). Isso pode explicar ainda a subordinação da Santa Casa sancristovense à instituição congênere de Salvador.

Essas solicitações contínuas, via Requerimentos e Representações, evidenciava a tentativa de ascender a Santa Casa de Misericórdia sergipana aos benefícios concedidos à instituição baiana e suas similares em outras geografias. Os recursos eram necessários para a manutenção dos serviços e também para uma certa autonomia.

³ AHU-SE. Inventário nº 269, Caixa 04, Documento nº 62, de 15 de abril de 1733, Sergipe del Rey.

⁴ AHU-SE. Inventário nº 279, Caixa 05, Documento nº 05, de 15 de julho [Ant.1734], Sergipe del Rey.

⁵ AHU-SE. Inventário nº 416, Caixa 07, Documento nº 63, de 15 de março [Ant.1762], Sergipe del Rey.

Apesar da complexidade dos problemas que enfrentava a Santa Casa da Misericórdia sancristovense prestou serviços de saúde junto aos ricos e pobres, contando assim com as doações, os juros de empréstimos, foros de terras e legados pios (Silva Filho, 2001, p.144).

As Misericórdias eram canais para participação efetiva de leigos na vida religiosa. A iniciativa dos moradores tornou as Santas Casas de Misericórdia “hospitais, orfanatos, bancos, lugares de reunião e de assistencialismo para os mais diversos casos da vida comunitária” (Nunes, 1996, p.250).

No final do setecentos, em 1799, Antônio Pereira de Magalhães Paços, Ouvidor da Comarca de Sergipe, escrevia à Rainha D. Maria I informando-a que a má administração da Misericórdia estava afastando homens nobres e antigos do serviço em prol dos pobres da cidade, uma vez

[...] que da ausência de fiscalização ao funcionamento da Santa Casa resultava a corrupção no gerenciamento do seu patrimônio pelo tesoureiro, eleito pela Mesa Diretora. Este, embora sem remuneração, era o responsável por sua administração, inclusive a manipulação de bens (Nunes, 1996, p.252).

O Ouvidor Antônio Pereira ainda relata que dentre os bens da Santa Casa existia uma grande quantidade de terras chamadas de Outeiro, deixadas em testamento em 1705 – quando houve um declínio do valor das terras – avaliadas em um conto e seiscentos mil réis. Os Mesários venderam as ditas terras, em 1758, por setecentos mil réis, deixando à Casa a obrigação de pagar seis mil réis por ano e em realizar missa de Natal de dote de uma Ermida.⁶

Nesse caso, percebe-se que é a própria Santa Casa de Misericórdia – na figura de seus Mesários – que contrai além do débito monetário, uma dívida espiritual com um benemérito que havia feito a doação de terras em troca de missas de Natal perpétuas em sua ermida.

Com esse preâmbulo do século XVIII, necessário para entender que os problemas e contendas envolvendo a Santa Casa de Misericórdia sancristovense não brotaram no oitocentos simplesmente, mas foram resultado de um processo histórico de longa duração, as pesquisas do século XIX, quando se publicizam com mais ênfase os problemas relacionados aos devedores da instituição nos levaram à quatro processos emblemáticos:

- 1) Relação de Bens Religiosos com a Prestação de Contas da Irmandade da Santa Casa.⁷
- 2) Ainda no século XVIII a existência de uma dívida dos Carmelitas que se perdeu no tempo, conforme assinalou o tesoureiro da Santa Casa em 1867.⁸

⁶ AHU-BA. Documento nº 20.795, de 26 de abril de 1799.

⁷ Ref. SCR/C. 1º Offício. Cx. 01-127, 58p. 07/09/1883 (AGPJSE).

⁸ Ref. SCR/C. 1º Offício. Cx. 01-127, 03p. 13/02/1874 (AGPJSE).

- 3) Verba testamenteira do Belchior Dias Moréia, de 1622, incluindo 200 vacas parideiras.
- 4) O testamento do Major Aciovalle, da Bahia, acho que do ano 1824, que embora destinado a Santa Casa de São Cristóvão não foi executado a benefício desta.⁹

Ao pesquisar o patrimônio cultural material sacro do centro histórico de Sergipe, notabilizou-se o conjunto formado pelos bens construídos pelas ordens religiosas católicas que se radicaram em São Cristóvão. Fixaram-se na cidade os religiosos Jesuítas (1597), Capuchinhos (1603), Carmelitas (1618 ou 1619), Beneditinos (1693) e por fim, os Franciscanos, que se tornariam proprietários de terras, gados e engenhos (Freire, 1977).

Igualmente o orfanato Imaculada Conceição, o Convento do Carmo, além das igrejas de São Francisco e da Ordem Terceira de São Francisco, da Misericórdia, da Matriz de Nossa Senhora da Vitória, de Nossa Senhora do Carmo, da Ordem Terceira do Carmo (Senhor dos Passos), de Nossa Senhora do Amparo, do Rosário e o Museu de Arte Sacra, são monumentos que compõem o acervo sacro do centro histórico (Abadia; Barroco, 2012, p.526).

Herdeiro da tradição judaica, o cristianismo sempre ensinou a seus fiéis um caminho de duas mãos para se conseguir a perfeição espiritual e o tão almejado galardão no Reino dos Céus: de um lado, o exercício individual e privado de atos de piedade e comunicação mística direta da criatura com Deus Nosso Senhor; do outro, a prática pública e comunitária dos sacramentos e cerimônias sacras (Mott, 2005, p.156).

Mas, em Sergipe *del Rey* essa dualidade assume também outra dimensão, pois entre a “cidade de Deus” e a “cidade dos Homens”, parafraseando a obra de Santo Agostinho, se encontram o dom da caridade e o pecado da corrupção e das dívidas. Assim como estavam Abel e Caim, nascidos do mesmo pai, com vontades radicalmente distintas (Coelho, 2012, p.122), também eram leigos e religiosos de Sergipe *del Rey* pessoas divididas em suas práticas.

Estudos sobre as Santas Casas da Misericórdia em Portugal e no Brasil são abundantes, destacando-se no caso brasileiro aqueles voltados para o Rio de Janeiro e a Bahia. Em Sergipe, as pesquisas em torno da Misericórdia sancristovense limitaram-se à uma monografia de autoria do historiador José Thiago da Silva Filho (2000) e alguns artigos que tratam dos aspectos turísticos contemporâneos difundidos pelo turismólogo Ivan Rêgo Aragão (2011). A maior parte dos escritos sobre São Cristóvão detém-se em sua religiosidade (festa do Senhor dos Passos), na cultura imaterial (os *bricelets* e as *queijadas*) e no estudo arquitetônico da praça São Francisco (Governo do Estado de Sergipe, 1980).

⁹ Documentos manuscritos “avulsos” da Capitania da Bahia: 1604-1828. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009. 2 v.

Isto posto que talvez, a disseminação dos nomes dos endividados – oriundos de famílias prestigiosas em Sergipe *del Rey* – maculasse as genealogias de exaltação que mormente têm marcado a historiografia local. E ainda há a questão dos bens materiais da Santa Casa cujo destino ainda se encontra obscuro: foram enviados para a Santa Casa da Bahia, à qual era subordinada, para integrar seu acervo? Ficou em Sergipe *del Rey*, tendo sido apropriados por seus devedores?

O historiador Jacques Le Goff (1996, p.26) aponta para a “relação nunca acabada entre presente e passado”, enfatizando o papel da história no esclarecimento da memória, na retificação de seus erros, mas com atenção aos aspectos de seletividade e filtros do “pensamento simbólico”.

Os estudos sobre a compreensão da Santa Casa da Misericórdia de São Cristóvão como um bem patrimonial evidenciou ainda mais seu uso superficial por instituições governamentais como o IPHAN, por exemplo. Citam-se dois trabalhos que comprovam essa afirmação: primeiro, o documento de 40 páginas com a “Proposição de Inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na Lista do Patrimônio Mundial” (formulário UNESCO, s/d, p.5) onde a referência à antiga Santa Casa perfaz apenas a seguinte informação:

A Santa Casa da Misericórdia é uma instituição existente desde os primeiros anos da fundação da Cidade. A Igreja, dedicada a Santa Izabel, data do século XVIII e apresenta fachada simples arrematada por um frontão com ornato barroco.

O segundo material analisado a monografia do curso de capacitação de gestores públicos oferecido pela Fundação Joaquim Nabuco e UFBA, de autoria de Flávia Klausing Gervásio (2017, p.17-18)), intitulado “Casa do Iphan em São Cristóvão, Sergipe: Apontamentos para atuação com o patrimônio cultural do município”, o qual faz referência a Santa Casa ao citar Maria Thétis Nunes (1989), quando esta ao tratar da povoação de Sergipe cita o estabelecimento da Misericórdia, bem como depois a lista no rol de edifícios patrimonializados pelo Iphan em 1941.

A lista supracitada aponta que foram protegidas pelo tombamento a edificação e o acervo sob o número de processo 302, com inscrição no Livro de Tombo (Histórico e Belas Artes) em janeiro-44

SE	São Cristóvão	Edificação e Acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias	292	1941	TOMBADO		mar-43	mar-43	
SE	São Cristóvão	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	293	1941	TOMBADO		mar-43	mar-43	
SE	São Cristóvão	Conjunto Rural	Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição	298	1941	TOMBADO		set-43	set-43	
SE	São Cristóvão	Edificação e Acervo	Convento e Igreja do Carmo	301	1941	TOMBADO		abr-43	abr-43	
SE	São Cristóvão	Edificação e Acervo	Igreja e Casa da Misericórdia	302	1941	TOMBADO		jan-44	jan-44	
SE	São Cristóvão	Edificação e Acervo	Convento e Igreja de Santa Cruz	303	1941	TOMBADO		dez-41	dez-41	
SE	São Cristóvão	Edificação e Acervo	Igreja da Ordem Terceira do Carmo	304	1941	TOMBADO		abr-43	abr-43	
SE	São Cristóvão	Edificação	Sobrado à Rua Castro Alves, 2	306	1942	TOMBADO		set-43	set-43	
SE	São Cristóvão	Edificação	Sobrado à Rua da Matriz, com balcão corrido	307	1942	TOMBADO		set-43	set-43	
SE	São Cristóvão	Edificação	Sobrado à Rua das Flores	309	1942	TOMBADO		set-43	set-43	
SE	São Cristóvão	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora do Amparo	675	1962	TOMBADO		mai-62		
SE	São Cristóvão	Conjunto Urbano	São Cristóvão, SE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	785	1967	TOMBADO	23/01/1967 15/07/2014	jul-14		

Fonte: Lista de Bens Tombados pelo IPHAN, 25/11/2016

Entretanto, o acervo não é detalhado nos documentos do IPHAN-SE, nem na Bahia, onde a visita técnica ao Museu da Santa Casa da Misericórdia de Salvador, revelou uma relação daquela instituição muito mais próxima das Misericórdias de Portugal (Lisboa) do que de sua congênere vizinha em Sergipe. Não há informações ou dados sobre a Santa Casa de Misericórdia sancristovense no museu.

Por isso, ao tratar dos bens religiosos católicos e evidenciar os “pecados dos homens”, mostra-se também o lado demasiadamente humano sujeito à falhas e fraquezas, bem como as boas intenções e ações que serviram sobretudo para manter firme e duradoura a fé e a religião em meio à tantos tropeços.

Optou-se pela adoção de uma metodologia quali-quantitativa dividida em três etapas nesse artigo: primeiro um levantamento quantitativo de fontes primárias no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-SE) e Arquivo Geral do Poder Judiciário de Sergipe (AGPJSE) que remetesse à Santa Casa de Misericórdia entre 1722 e 1798, possibilitando um mapeamento das áreas de influência religiosa (bens, dívidas e súplicas) a partir dos espaços identificados. O segundo momento envolveu o cotejamento dessa documentação primária com Testamentos e outros dados bibliográficos para análise qualitativa das informações. A terceira fase compreendeu a pesquisa das fontes primárias relativas ao século XIX.

As fontes manuscritas receberam tratamento paleográfico para transcrição e compreensão das informações sobre o objeto de pesquisa.

Na segunda parte do projeto (de fevereiro a julho de 2017), ajustando o cronograma inicialmente apresentado, foram realizadas as ações de aprofundamento das consultas no arquivo da 8ª Superintendência do IPHAN-SE (busca da planta baixa, reformas prediais, relações com o patrimônio) e o funcionamento efetivo do Banco de Dados *online* com os documentos digitalizados e textos para guiamento dos usuários pesquisadores.

Optou-se por realizar a concepção e montagem da exposição sobre a Santa Casa da Misericórdia sancristovense na BICEN/UFS, como atividade durante a SEMAC 2017, para dar maior visibilidade e possibilitar um maior diálogo com a pesquisa executada. Assim, com uso de literatura sobre expografia, pois como ressaltou Cury (2005, p.4): “[...] as exposições museológicas constituem-se na principal forma de aproximação da sociedade de seu patrimônio cultural musealizado”, pretende-se ao menos descortinar uma parte do passado de “quase esquecimento” da Santa Casa sancristovense.

3. As Santas Casas como lugares de memória?

Ao se pensar nas Santas Casas como “lugares de memória” (Nora, 1993), através das leituras realizadas, foi possível elaborar uma tabela comparativa da atuação das Santas Casas de Misericórdia no Brasil, notando-se que dentre as selecionadas somente a instituição alagoana e sergipana não configuraram espaços museais para guarda de sua memória material.

Localidade	Ano de fundação	Serviços
Rio de Janeiro (RJ)	24 de março de 1582	Hospital, Hospício, Recolhimento de Órfãos, Roda dos Expostos, Assistência Prisional e Museu.
São Paulo (SP)	Antes de 1560 ou 1599	Hospital, Farmácia, Roda dos Expostos, Museu.
Salvador (BA)	Entre 1549 e 1552	Hospital, Hospício, Serviços Fúnebres, Museu.
São Cristóvão (SE)	Entre 1607 e 1626	Hospital, Irmandade, Serviços Fúnebres, Banco.
Maceió (AL)	7 de setembro de 1851	Hospital, Irmandade de Caridade, Maternidade

Fonte: Carvalho, 2007; Catálogo Museu Santa Casa da Misericórdia São Paulo, 2015; Cabral e Velloso, s/d; Silva Filho, 2000; Queiroz, 2001.

Ainda foram identificadas as presenças de Santas Casas em Olinda (1539); Santos (1543); Vitória (1551); Ilhéus (1564); João Pessoa (1585); João Pessoa (1602); Belém (1619); São Luiz (1622); São Luís (1657); Ouro Preto (1730); Florianópolis (1765); Penedo (1767); Santo Amaro – BA (1778); Goiânia (1779); São João Del Rei (1783); Campos (1792); Sorocaba (1803), Sabará (1812); Porto Alegre (1814) e Paraty (1822).

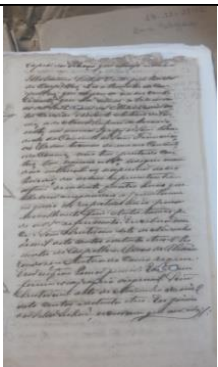
Evidencia-se como primordial a função dos cuidados com a saúde, principalmente junto aos mais necessitados, bem como a face da instituição no tratamento de doenças mentais e contagiosas. A oferta de locais de enterramento no século XIX também representou um

processo de laicização dos cemitérios e preocupação com as epidemias oriundas de sepultamentos em igrejas e espaços contíguos às igrejas.

Vale ressaltar que Cláudia Tomaschewski em sua tese de doutorado em História na PUC-RS, defendida em 2014, intitulada “Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847 – c. 1891” abordou em perspectiva comparada, as irmandades da Santa Casa de Misericórdia das cidades de Pelotas e Porto Alegre na província do Rio Grande do Sul.

No que diz respeito às fontes primárias, foram feitos os seguintes levantamentos documentais, com digitalização, até o momento, nas instituições de guarda documental relacionadas na tabela abaixo:

Tabela 2: Documentos referentes à Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão (Século XIX)

Imagem	Tipologia	Ano	Quantidade de fólhos
	Relação de Bens Religiosos com a Prestação de Contas da Irmandade da Santa Casa. (AGPJSE)	1883	58
	Relação de Bens Religiosos com a Prestação de Contas da Irmandade da Ordem Terceira do Carmo. (AGPJSE)	1874	03
	Periódico <i>Correio Sergipense</i> (APES; BPED)	1840; 1843...	02

Fonte: Documentos pesquisados no Arquivo Geral do Poder Judiciário de Sergipe; Arquivo Público do Estado de Sergipe e Biblioteca Pública Epiphany Dória em 2016 e 2017.

A documentação do século XIX permite identificar vários conflitos relacionados à má gestão da Santa Casa de Misericórdia sancristovense à exemplo do fechamento do Hospital relatado pelo presidente da Província, o Brigadeiro Ignacio José Vicente da Fonseca, em 1828. E apesar dos rendimentos gerados pela capelania (missas, festa da padroeira Santa Isabel, calendas de Natal, Ofício de Finados e Procissão do Fogaréu, cortejos), as dívidas dos senhores de engenho e militares se avolumavam (Silva Filho, 2000, p.6).

Em 1845 ocorre um roubo no caixa da Santa Casa realizado pelo sacristão Manoel Sarrão Sobrinho e o tesoureiro Roberto José de Oliveira, tornando ainda mais árdua a tarefa de manter as atividades do Hospital.¹⁰

Silenciando sobre as contendas, dívidas perdidas e má administração, os instrumentos de propaganda publicitária do patrimônio cultural sancristovense edificado e aqueles usados também para o serviço turístico (Guia Sergipe *Tradetour*, 2009 e 2016) indicam a “antiga Santa Casa da Misericórdia” de São Cristóvão no espaço que atualmente abriga o Lar Imaculada Conceição, embora dela só tenha restado o prédio, uma vez que nenhum elemento de sua cultura material (mobiliário original, acessórios em ouro e prata, pinacoteca) estejam presentes. De sua memória/história ficam apenas os registros em dois *banners* de alunos da graduação da UFS.

A partir do material pesquisado foi elaborado um resumo intitulado “A Santa Casa da Misericórdia (SE) no Arquivo Geral do Judiciário e no IPHAN 8ª superintendência” submetido ao *Encontro de Pesquisadores Iniciantes em Humanidades da UFS*, com recebimento de aceite em 2016 e apresentação prevista para fevereiro de 2017.

Ainda foi produzido o artigo “Bens religiosos, requerimentos e súplicas em Sergipe no século XVIII: da caridade ao pecado da dívida” em co-autoria com a Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello e o graduando Williams dos Anjos Oliveira, submetido para a Revista *Quaestionis Documenta* (periódico científico da Cúria Metropolitana de Maceió/AL, ISSN: 2447-9616) e publicado no primeiro semestre de 2017.

Em maio do mesmo ano, no *II Congresso Estadual de Memória e Patrimônio Cultural: O Patrimônio Sergipano* foi exposto o título “A Santa Casa da Misericórdia (Se) Lugar de Memória e Esquecimento”, evento que ocorreu em Laranjeiras, Sergipe.

No mês de junho foi apresentado o trabalho intitulado “Súplicas da Caridade Em Sergipe no Século XVIII: Bens Religiosos e Contendas nos documentos do Arquivo Histórico

¹⁰ Termo de Mesa - 3/3/1846. AJES, Aracaju. *Livros da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão*. SC 1.º Ofício, nº 143, cx.1, p. 94.

Ultramarino”, no *Simpósio Nacional de Estudos Criptojudaios*, 2ª Edição: *Criptojudaismo Tardio e Identidade Judaica*.

Foi elaborado um novo artigo coletivo nomeado “As Misericórdias de Sergipe, Bahia e Portugal: narrativas sobre a História, a Memória e o Patrimônio” e submetido para a revista *Patrimônio e Memória* da UNESP – ISSN 1808-1967, aguardando parecer de publicação.

Está no prelo um livro do projeto que será publicado como *ebook* sob a organização da Profa. Janaina Mello e do Prof. Thiago Fragata.

4. CONCLUSÕES

Por ocasião do pleito pela chancela de patrimônio da humanidade para a Praça São Francisco junto à UNESCO, ao se referenciar o conjunto arquitetônico patrimonializado daquele espaço fez-se referências constantes (como ainda se faz até hoje) à presença da edificação que abrigou a “antiga Santa Casa de Misericórdia” de São Cristóvão. Entretanto, o silenciamento de seus conflitos e a dúvida sobre a destinação final de sua cultura material promove uma memória do invisível, uma vez que pouco se estudou sobre esse objeto.

Esse projeto ao mapear a origem, funcionamento e contendas, remonta uma memória nem sempre consensual, pacífica ou prestigiosa daquele espaço envolto em dívidas, roubos e má administração ao longo do oitocentos que geraram seu fechamento derradeiro. Porém, esse lugar também foi responsável pelo cuidado com os enfermos que não possuíam poder aquisitivo na sociedade sergipana e ofereceu vários serviços de importância, talvez por isso, sua rememoração ainda esteja tão presente mesmo nas ausências. É necessário mergulhar na relação cotidiana entre habitantes sancristovenses e aquele “lugar de uma memória” esquecida, evidenciando no plano da subjetividade as permanências e rupturas do discurso historiográfico e patrimonialista sobre a Santa Casa.

Percebe-se que, uma vez que diferente de outros espaços que tornaram as Santas Casas, ou parte delas, em museus, arquivos e bibliotecas (casos de Portugal, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador), a Santa Casa sancristovense vive somente na memória do prédio habitado por outra ordem religiosa na contemporaneidade. Fazer falar o silêncio e evidenciar os conflitos auxilia na formação do pesquisador e na quebra de paradigmas.

THE SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (SE) IN THE GENERAL ARCHIVE OF THE JUDICIARY AND IN IPHAN 8^a SUPERINTENDÊNCIA

Abstract: This research that has as object the Santa Casa da Misericórdia in São Cristóvão (Sergipe), in the 19th century, with special attention to its conflicts and negotiations. Even with the financial problems, the charity hospital remained in operation, as well as the chapel and the bank of loans, until the 19th century when it closed its doors. We opted for the adoption of a qualitative and quantitative methodology, survey and digitization of primary sources, use of paleography and collation of documents and relevant literature for a careful reflection on the theme. The following work is the result of the research report prepared in the Scientific Initiation program and is being presented as a conclusion of the research practice in the History course.

Keywords: Santa Casa de Misericórdia, São Cristóvão, Source, Expography.

5. ANEXOS

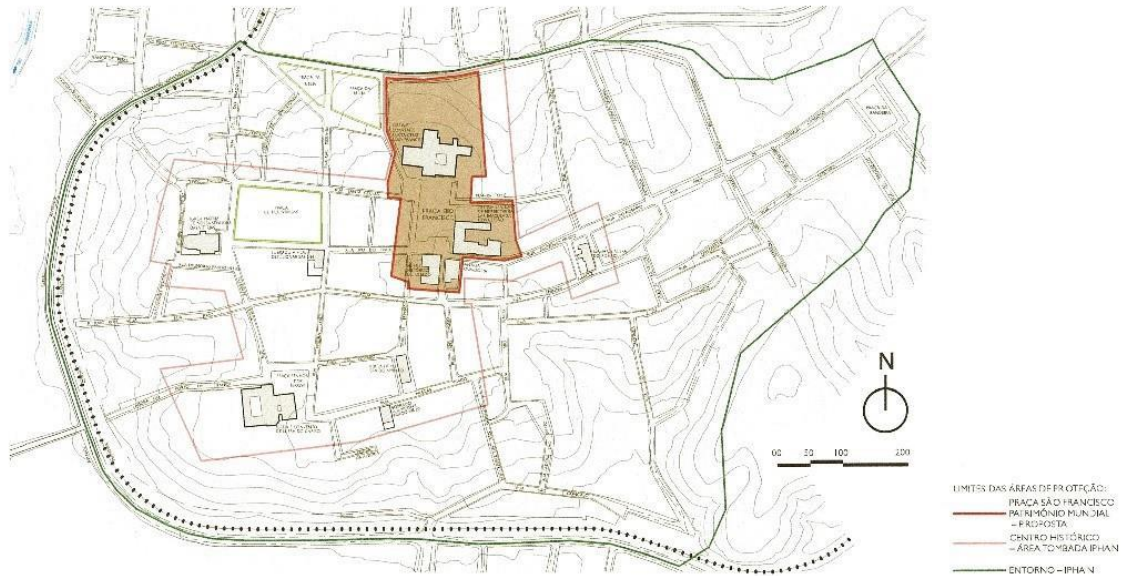
Proposição de Inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/Sergipe na Lista do “Patrimônio Mundial” (formulário UNESCO, s/d).

1. Vista aérea da Praça São Francisco.



Vista da Praça São Francisco. Em Proposição de Inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na Lista do Patrimônio Mundial

2. Proposição dos limites da Praça São Francisco.



PROPOSIÇÃO DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL
Proposição dos limites da Praça São Francisco para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial

3. Indicações dos edifícios na Praça São Francisco



1. Igreja e Convento Santa Cruz 2. Cruzeiro 3. Santa Casa de Misericórdia
4. Museu Histórico do Estado 7. Antiga Ouvidoria 8. Igreja Nossa Senhora do Rosário

Proposição de Inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na Lista do Patrimônio Mundial

6. REFERÊNCIAS

ABADIA, Beijanine Ferreira da Cunha; BARROCO, Helio Estrela. Cidade de Sergipe D'El Rei: O Patrimônio e o Turismo no Centro Histórico de São Cristóvão, Sergipe. *Revista Rosa dos Ventos*, n.4(IV), pp. 522-535, out-dez, 2012.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. Praça São Francisco em São Cristóvão-Sergipe-Brasil: *locus* sociocultural e patrimônio da humanidade. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio* – PPG-PMUS Unirio/MAST - vol. 4 no 2 – 2011.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro; VELLOSO, Verônica Pimenta. Santa Casa da Misericórdia da Bahia. In: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/stcasaba.pdf>>, Acesso em: 20/01/2017.

CARVALHO, Aline dell'Orto. Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. 2007. Disponível em: <<http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/lugaresdememoria/santacasa.pdf>>, Acesso em: 20/01/2017.

CATÁLOGO Museu Santa Casa da Misericórdia São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.santacasasp.org.br/upSrv01/up_publicacoes/4675/19679_Catalogo%20Santa%20Casa.pdf>, Acesso em: 20/01/2017.

CERQUEIRA, João Batista. A expansão das Santas Casas no Recôncavo Baiano durante o oitocentos: uma política de Governo no Brasil Imperial. In: *Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, Florianópolis, Santa Catarina, nov. 2016.

COELHO, Fabiano de Souza. Agostinho e a dialética das duas sociedades: a Cidade de Deus e a Cidade Terrena. *Revista Ágora*, Vitória, n.15, 2012, p. 120-131.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DOCUMENTOS manuscritos “avulsos” da Capitania da Bahia: 1604-1828. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009. 2 v.

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe (1891)*. 2º ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Gov. de Sergipe, 1977.

GANDELMAN, Luciana Mendes. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX. *História, Ciências, Saúde*, Vol. VIII (3). Set.-dez. 2001. pp.613-630.

GERVÁSIO, Flávia Klausing. *Casa do Iphan em São Cristóvão, Sergipe*: Apontamentos para a atuação com o patrimônio cultural do município. Monografia de curso de capacitação em gestão pública. Recife: UFBA/Fund. Joaquim Nabuco/SECPE, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. *Plano Urbanístico de São Cristóvão*: análise do meio físico e social, v. 1. Salvador: UFBA, 1980.

GUIMARÃES SÁ, Isabel dos. *A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LOUREIRO, Kátia Afonso S. Loureiro. *Arquitetura sergipana do açúcar*. Aracaju: FUNDESC, 1986.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. p.157-220.

MOURÃO, Paulo; ENES, Cristiana. Costs and Economics of Scale at Not-for-Profit Organizations: the case of the Santa Casa da Misericórdia de Barcelos Between 2002 and 2013. In: *Soc. Indic. Resc.*, 2016, DOI: 10.1007/511205-016-1315-4/ Cross Mark, Springer, 20p.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NUNES, Maria Thetis; SANTOS, Lourival Santana (orgs.). *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Sergipe (1619-1822)*. São Cristóvão: Ed. UFS, 1999.

QUEIROZ, Álvaro de. *História de um Hospital de Caridade (Santa Casa de Maceió – 150 anos)*. Maceió: Edições Catavento, 2001.

SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas. *Evocação ao céu: a Igreja de Nossa Senhora do Socorro, uma expressão da mentalidade da Companhia de Jesus na aldeia do Geru (1683-1759)*. Monografia de Graduação em História. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2005.

SANTOS, Ane Luise Silva Mecnas. “*Conquistas da fé na gentildade brasílica*”: a catequese jesuítica na aldeia do Geru (1683-1758). Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2011.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. *História Financeira da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII*. Salvador: Quarteto Editora, 2015.

SANTOS, Claudfranklin Monteiro. *A festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização*. Tese de Doutorado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2013.

SILVA, France Robertson C. Da. “*Sob o manto da Imaculada*”- Sergipe se devota a Maria (Séculos XVI a XIX)”. Monografia de Graduação em História. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2001.

SANTOS, Roberto Sousa. A reestruturação sociorreligiosa em Sergipe, no final do século XVIII: sinopse de dissertação. *Revista Inter-Legere*. n.9, 2011, p. 302-311.

SANTOS, Ronaldo José Ferreira Alves. *Espaço e Paisagem Jesuítica: Perspectivas de Análises Arqueológicas em Laranjeiras/SE*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Laranjeiras: Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2014.

SILVA FILHO, José Thiago da. Memória da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE. In: *Revista do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe*, n.01, 2011. pp.141-163.

SILVA FILHO, José Thiago da. *Servindo à alma, ao corpo e ao bolso: Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão - séculos XVI ao XIX*. Monografia de Graduação em História. São Cristóvão: DHI-UFS, 2000.

SOUZA, Marcos Antonio de. *Memória sobre a Capitania de Sergipe*. Aracaju: Secult/Gov.do Estado de Sergipe, 2005.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

TOMASCHENWSKI, Cláudia. *Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c. 1847- c. 1891*. Tese de doutorado em História. Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2014.

ZAMPIERI, Waldete (Ed.). *Guia Sergipe Tradetour*, 2008/2009.

ZAMPIERI, Waldete (Ed.). *Guia Sergipe Tradetour*, 2016/2017.

Documento

IPHAN-SE. “*Proposição De Inscrição Da Praça São Francisco Em São Cristóvão/Se Na Lista Do Patrimônio Mundial*” (formulário UNESCO, s/d.).